



O SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO E SUA LUTA CONTRA A HOMOFOBIA

Dorzilia Vaz de Moraes Soares⁴⁰

Resumo

O presente trabalho trata de um relato sobre a luta do SINDIUPES - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Espírito Santo contra a homofobia, trazendo um resgate histórico da sua atuação e de suas bandeiras de lutas pela categoria e por uma educação de qualidade durante os seus cinquenta e dois anos de existência em suas diversas etapas. Relata sobre as lutas travadas, as barreiras vencidas e os avanços conseguidos pelo coletivo de diversidade sexual desde seu início até o momento atual.

Palavras – chave: Sindicato; Coletivo; Diversidade Sexual.

1 A Luta Inicial

A coisa mais fácil do mundo é encontrar diferenças. Difícil é harmonizá-las
Dalai-lama

A história de luta do magistério capixaba remonta ao ano de 1958 quando em 17 de abril foi criada a União dos Professores Primários do Espírito Santo (UPPES) tendo como presidente a professora Ana Maria Bernardes da Silveira Rocha. O objetivo da UPPES era o de organizar as atividades docentes e encaminhar as questões pertinentes ao exercício da função de professoras primárias no Estado. As presidentes nos próximos 20 anos foram as professoras Diana Nasser Vanderley, Yracema Conceição Silva, Lucilia Lamego Passos e Adelaide Freitas e, até então, não havia confronto entre a categoria e o Governo.

Em 1979, ocupa a presidência da entidade a professora Myrthes Bevilacqua Corradi. Seu mandato teve uma movimentação expressiva iniciada pela categoria na busca por soluções às suas reivindicações. Nessa época, no país crescia uma oposição à situação política, econômica e social vigente. A UPPES decidiu por uma linha de ação

⁴⁰ Licenciada em Educação Física (UFES), especialista em Gestão (UFES), Mestranda em Ciências das Religiões (Faculdade Unida). E-mail: dvmsoares@hotmail.com

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso**. Chapecó: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



mais institucional e legalista, que servisse aos interesses dos professores. Nesse período, adquiriu sede própria, na Rua Duque de Caxias, Centro de Vitória, instituiu os convênios médico odontológicos para a categoria e reformulou o Estatuto da entidade.

2 Nasce a UPES

Também foi nesse ano que a União dos Professores Primários do Espírito Santo (UPPES) passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e, assim entre outras conquistas, iniciou litígios na Justiça com vistas a combater as ilegalidades e injustiças cometidas contra o professor. Uma das professoras aposentadas doou uma área em Jacaraípe no município de Serra e assim foi criado o Clube do Professor, além da intensificação de todas as vantagens e melhorias na área de saúde, higiene e lazer para o Magistério Capixaba. Para tentar solucionar os problemas enfrentados pelo ensino público, os professores propuseram uma série de reivindicações como por exemplo a revitalização do ensino polivalente, criação de escolas técnicas redução da repetência e evasão escolar, defesa pela distribuição da merenda escolar, conservação, construção e aproveitamento das escolas, intensificação da cobrança do salário educação, enquadramento de professores de classes especiais e o limite de número de alunos especiais por turma.

No dia 04 de novembro de 1982, assumiu a presidência da UPES o professor José Aguilar Dalvi, substituindo José Maria Coutinho, que renunciou ao mandato, após uma assembleia dos professores. O professor José Aguilar Dalvi ficou na presidência por dois mandatos e mudou o perfil da UPES, que deixou de lado uma linha de ação conciliadora com a política vigente e entrou na linha do sindicalismo conhecido como combativo. Nesse período, uma demanda crescente de organização dos professores das redes municipais que se formavam foi se configurando. No Congresso Estatutário Estadual de 1987 durante uma assembleia das redes, após muitas discussões e divergências, a entidade se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que surgiu em 28 de agosto de 1983 como fruto de um amplo questionamento ao autoritarismo e de luta pela democracia e pela cidadania, sendo que sua criação significou um rompimento na prática com os limites da estrutura sindical oficial corporativa, que proibia a existência de organizações interprofissionais, sua legalização ou seja sua existência jurídica só foi possível a partir da promulgação da Constituição de 1988 que também pela pressão

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso**. Chapecó: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



social forte foi um avanço relativo na conquista de direitos.

3 As Greves

Esse período foi marcado por greves e grandes manifestações por reajustes salariais e condições de trabalho. Aconteceram reformas estatutárias visando um melhor funcionamento da entidade e que criaram instâncias de discussões e de participação mais democráticas tais como:

- ✓ Congresso Estadual; normatização das assembleias;
- ✓ Conselho Geral formado pela direção eleita para mandato de três anos e representação das subseções e de cada coordenação municipal;
- ✓ Conselho municipal composto do conjunto das representações dos professores por turnos das escolas;
- ✓ Um conselho fiscal que, diferentemente da maioria dos sindicatos, federações e confederações, tem seu mandato de dois anos e é eleito em separado da direção, nos congressos estaduais da categoria.

Em 1988, ganha a direção da UPES uma chapa de oposição à então gestão, já como consequência direta da nova relação que se estabelece com o movimento sindical, com a filiação à CUT, esta chapa foi liderada pelo professor José Guilherme Pires Encarnação. Com o slogan “Educação: não deixe esta chama de apagar”, o grupo de apoio à direção pregava mecanismos de embate baseados na redução da carga horária (hora-aula) sem paralisações nos dias de trabalho. Este tipo de protesto ficou conhecido no Estado como “operação tartaruga”. A intenção do então presidente era se contrapor à linha de ação traçada pelo mandato de José Aguilar de que éramos todos trabalhadores e, portanto, tínhamos de lutar juntos pelos nossos direitos. A conotação de trabalhador para professor passou a ser deixada de lado. A categoria percebeu a necessidade de superar a linha política traçada de menos embate. O grupo político que pregava um sindicalismo mais combativo começava a demarcar as diferenças. Foi crescendo como a opção de renovação de luta na categoria.

4 SINDIUPES

Em 1989, no Congresso Estadual, em Guarapari, acontece como resultado dessa

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso.** Chapecó: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURAS e DESENVOLVIMENTO

II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas
V Colóquio Catarinense de Ensino Religioso

Educação Intercultural em Territórios Contestados

14 a 16 de maio de 2014
Chapecó | Santa Catarina | Brasil



luta a unificação da União dos Professores do Espírito Santo (Upes) com a Associação dos Orientadores Educacionais (AOEC) e dos Supervisores Escolares (Assec), em 1989, e a transformação da UPES em sindicato. Estava fundado o Sindicato dos trabalhadores em educação do Estado do Espírito Santo (SINDIUPES), Tendo como principal bandeira de luta o lema “Em defesa da escola pública gratuita e para todos”, foi eleita a nova direção do Sindicato dos Trabalhadores em educação do Estado do Espírito Santo (SINDIUPES), em 1991, tendo como presidente eleito o professor Arthur Sérgio Rangel Viana, tendo sido este mandato singular. Por dois anos seguidos o Sindicato teve sérios enfrentamentos com o governo estadual, então administrado pelo governador Albuíno Azeredo. Duas longas greves foram realizadas. Na segunda paralisação, o governador Albuíno Azeredo, tentando desqualificar o movimento, ficou 40 dias sem receber os dirigentes do magistério, sob alegação de que não eram os representantes legítimos da categoria. O governo queria eleger como interlocutores do magistério os diretores de escola, eleitos pelo voto direto, uma das principais conquistas do magistério. Com essa greve, o magistério conquistou ganho real de salários e quase atingindo sua meta de um piso salarial de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) – proporcional à jornada semanal de trabalho.

Nesse período, essa ação travada entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Espírito Santo (Sindiupes) e o governo espelhava também a luta de outras entidades de servidores públicos estaduais. Seis entidades: Sindicato dos trabalhadores em educação do Espírito Santo (Sindiupes), Sindicato dos funcionários públicos do Espírito Santo (Sindipúblicos), Sindicato dos fiscais do Espírito Santo (Sindifiscal), Sindicato dos Policiais do Espírito Santo (Sindipol) e Sindicato dos trabalhadores em Saúde do Espírito Santo (Sindisaúde), que representavam 95% dos servidores estaduais, passaram a trabalhar conjuntamente na elaboração de saídas para os problemas comuns. E assim foi criada a Intersindical dos Servidores Públicos Estaduais. Ao final do governo Albuíno, o cenário econômico, político e social se altera substancialmente com o Plano Real e a reorganização do capitalismo através da política neoliberal em que vemos o Brasil ser submetido. Em 1995, quando do segundo mandato do professor Arthur Sérgio Rangel Viana, assume o governo estadual Vitor Buaziz, eleito com o projeto democrático e popular, trazendo esperança também para o magistério de que a educação pública teria, enfim, vez. Porém, nos primeiros meses de governo ocorre o abandono deste projeto e as relações privilegiadas com os empresários se intensificam, o funcionalismo público é apresentado à população como o causador da crise do estado.

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso.** Chapecó: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



O movimento dos professores, que em um primeiro momento recuou, retoma junto à Intersindical as paralisações e tentativas de paralisações. Em 1997, uma chapa única, encabeçada pela professora Maria Aparecida Figueiredo Louzada busca manter o ritmo de resistência da categoria aos projetos que se somam de desmonte da educação pública. Nesse período, acontece uma intervenção judicial no Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Espírito Santo (Sindiupes), que afasta a diretoria e indica uma junta governativa para administrá-lo. É nesse período que o secretário de Educação consegue aprovar nove projetos na Assembleia Legislativa, dentre eles o da criação das Organizações Sociais, baseadas na visão do ministro Bresser Pereira, abrindo as portas à iniciativa privada.

5 A Luta Continua

A diretoria do Sindicato dos trabalhadores em educação do Espírito Santo (Sindiupes) conseguiu reverter na Justiça a intervenção do Sindicato e voltar à luta do magistério. Nesse meio tempo, assume o governo o tucano José Ignácio Ferreira. Em uma administração marcada pela corrupção e pela infiltração escancarada do crime organizado nos aparelhos de poder público, o Sindicato dos Trabalhadores em educação do Espírito Santo (Sindiupes) cumpre papel fundamental na denúncia de um governo corrupto e na organização da sociedade para repudiar a corrupção e o crime organizado. É nesse período também que em uma assembleia de redes realizada em um Congresso Estadual Estatutário da categoria foi aprovada a proporcionalidade para o preenchimento de vagas na diretoria do Sindicato.

Essa forma de composição, considerada a mais democrática possível, garantiu que qualquer chapa que tenha 20% dos votos válidos na eleição, pode ter representantes na diretoria, de acordo com critérios estatutários. Em 2003 assume a direção a primeira diretoria proporcional qualificada do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Espírito Santo (SINDIUPES), nessa eleição duas chapas participaram uma composta por militantes do PT (ds,ae) e independentes e outra composta por militantes do PT(cnb), PCdoB e independentes sendo que as duas chapas entraram para a direção em um quantitativo proporcional ao percentual que cada chapa conseguiu alcançar em número de votos, a relação de convivência entre as chapas representadas foi difícil mais com a experiência de grande parte da direção que ali permaneceram sendo reeleitos

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso**. Chapecó: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



conseguiram vencer a dificuldade do que se conhece como a forma perfeita de democracia que é a proporcionalidade qualificada ou a convivência entre chapas opostas, ainda nesse período por uma questão de gênero acrescentou-se Trabalhadoras no nome do Sindicato que ficou sendo chamado de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado do Espírito Santo permanecendo a sigla SINDIUPES.

Em 2005 em uma assembleia das redes realizada dentro de um congresso estatutário cassou o direito de um dirigente sindical com dois mandatos consecutivos em direção, a se candidatar novamente em pleito eleitoral, esta mudança atingiu naquele momento 70% da direção sindical. Em 2006 assume a direção do sindicato a segunda direção com proporcionalidade qualificada saindo assim aqueles que estavam a vários mandatos no sindicato, entrou nessa direção uma chapa composta pelo PSOL e independentes e outra chapa composta pelo PT (cnb), psb e independentes. A relação de convivência desta direção foi muito conflituosa e trouxe grandes perdas para a categoria, no ano 2007 em seu congresso anual e estatutário foi deliberado através de uma assembleia geral das redes a desfiliação do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Espírito Santo (Sindiupes) da Central Única dos Trabalhadores (Cut).

Em 2008, o Sindiupes chegou ao seu Jubileu de Ouro ao completar 50 anos de história em defesa dos trabalhadores da Educação e de luta pela oferta por parte do poder público de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos, ainda neste ano a relação entre as chapas eleitas foram ficando mais difíceis e deu-se início a um processo de divisão das duas chapas formando um terceiro grupo originário das duas chapas, está dificuldade de relacionamento político e pessoal mais uma vez chegou até a categoria e em uma assembleia geral das redes realizada no congresso estatutário de 2008 teve como consequência uma movimentação *sui generes* que foi o afastamento de seis diretores pertencentes aos diferentes grupos (PSOL, PT, PCdoB e independentes) de seus mandatos.

Em 2009 com a direção desfalcada e resumida foi realizada uma nova eleição da qual participou do processo eleitoral cinco chapas uma chapa cutista formada por militantes do PT (cnb), psb e independentes, uma chapa formada por militantes do PCdoB e independentes, outra formada por militantes do PT dissidentes (ae), outra chapa formada por militantes do PSOL e independentes, e outra chapa formada por independentes apoiados pela Central da Força Sindical a nível nacional, sendo que das cinco chapas uma única chapa não conseguiu o percentual mínimo de 20% que foi a chapa composta pelo PCdoB, as outras quatro chapas entraram com representantes de

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso.** Chapecó: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



acordo com o percentual alcançado na votação.

No ano de 2010 deu-se início ao trabalho do coletivo de diversidade sexual e em 2011 houve uma reforma estatutária que acabou com a proporcionalidade. Nesse ano, a Diretoria Colegiada comprou nova sede para o Sindicato, na Rua Gama Rosa, número 261, no Centro de Vitória, prédio que possui condições de abrigar todas as secretarias, coletivos e garantir melhor atendimento aos professores. A antiga sede, sem espaço físico para abrigar funcionários e secretarias, já tinha sido transformado em alojamento do Sindicato. (Fonte: dissertação de mestrado de Cristina Mara Bonaldi, 2004).

Em 2012, após dois mandatos de Diretoria Colegiada, a eleição voltou a ser pelo sistema majoritário, conforme previsto na reforma estatutária de 2011, participou desta eleição duas chapas uma chapa cutista composta por militantes do PT(cnb,as,independentes,ds) e independentes, outra composta por militantes do PSOL, independentes e militantes do PT dissidentes(ae), o resultado desta eleição foi muito polêmico e não foi aceito pela chapa de oposição que levou o caso para a justiça sendo que a mesma considerou que a chapa vencedora foi a chapa cutista.

6 A Homofobia e o Coletivo de Diversidade Sexual

Através de pesquisas realizadas por órgãos competentes e por estatísticas levantadas pelo grupo gay da Bahia que sugerem que o Brasil é o país com a maior quantidade de registros de crimes homofóbicos do mundo, seguido pelo México e pelos Estados Unidos, segundo o professor Luiz Mott, fundador do GGB e membro do departamento de antropologia da Universidade Federal da Bahia o Brasil “é o Campeão mundial em assassinatos de homossexuais, sendo que a cada três dias um homossexual é barbaramente assassinado vítima de homofobia”. Segundo a advogada Margarida Pressburger, membro do subcomitê de prevenção a tortura da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ainda é um país racista e Homofóbico. Constatamos que Crianças e adolescentes estudantes sofrem com a discriminação e o preconceito tanto por parte de estudantes quanto de professores e diretores das escolas. De acordo com uma pesquisa divulgada pela revista época em 24 de abril de 2009 informa que um estudo em 501 escolas detectou que 80% dos alunos gostariam de manter algum tipo de distanciamento de portadores de necessidades especiais, homossexuais, pobres e negros. 17,4% relataram ter conhecimento de alunos vítimas de *bullying* devido a sua homossexualidade.

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso**. Chapeco: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



O ministério da educação passou a financiar projetos para ajudar as escolas a lidarem com o problema da homofobia.

No Brasil a carta magna que é a constituição define como “ o objetivo fundamental da república” (art. 3º. IV) o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação”, sendo que esta última palavra se refere a todas as formas de discriminação não mencionadas explicitamente no artigo, como a orientação sexual entre outras. Além da constituição proibir a discriminação de forma genérica, várias leis estão sendo discutidas a fim de proibirem a discriminação de homossexuais.

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado do Espírito Santo considerando todos estes dados e partindo da primícia que a escola é um espaço de uma permanente ação formativa e que “A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.” (Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo, Cap. 1. art.º 2º, ponto 5). Considerando experiências vividas por seus diretores, pelo corpo docente e discente das escolas públicas dos sistemas municipais e estadual de educação iniciou em 2010 um trabalho proposto pelos diretores desta entidade José Christovan de Mendonça Filho, Menderson Rezende de moura e Fernanda Bermurdes promovendo discussões para se construir caminhos para que a sociedade tenha acesso e permanência na educação, independente de orientação sexual, e de identidade de gênero. O Coletivo de Diversidade Sexual representa o comprometimento do SINDIUPES em favor da democracia, da qualidade e da inclusão na escola pública capixaba.

O Coletivo é responsável pela realização anual do Seminário Estadual de Educação e Diversidade Sexual cuja composição é a seguinte:

- ✓ Diretoria do SINDIUPES;
- ✓ Professores/as das redes municipais filiadas, e professores/as da rede estadual;
- ✓ Gestores/as, pedagogos/as e coordenadores/as de escolas públicas filiadas;
- ✓ Representantes da SEDU, Superintendências regionais de educação (SREs) e Secretarias Municipais de Educação filiadas;
- ✓ Funcionários/as de escolas públicas;
- ✓ Coordenações Municipais do SINDIUPES;



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURAS e DESENVOLVIMENTO

II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas
V Colóquio Catarinense de Ensino Religioso

Educação Intercultural em Territórios Contestados

14 a 16 de maio de 2014
Chapeco | Santa Catarina | Brasil



- ✓ ONGs LGBT, Conselhos, Associações e Fóruns (convidados);
- ✓ Organizações estudantis (convidados).

Objetivos:

- ✓ Criar no âmbito de atuação do SINDIUPES um programa de combate à lesbo-homo-bi-transfobia, em favor de educadores/as em seus ambientes de trabalho;
- ✓ Exigir dos sistemas de ensino implementação de ações significativas e sistematizadas, dentro de um plano e/ou projeto municipal/estadual, que comprovem o respeito ao estudante e não discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- ✓ Apoiar e articular as proposições nas casas legislativas que proíbam a discriminação decorrente de orientação sexual e/ou identidade de gênero e promovam os direitos humanos de LGBT;
- ✓ Estimular o desenvolvimento de políticas públicas para a diversidade sexual e promover e exigir formação continuada e qualificação de educadores/as para uma educação mais inclusiva para o público LGBT;
- ✓ Monitorar as implementações das deliberações da I Conferência Nacional LGBT;
- ✓ Acompanhar e exigir o cumprimento do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 e do programa “Brasil sem Homofobia”;
- ✓ Exigir a implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT;
- ✓ Exigir a execução da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT;
- ✓ Exigir e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos;
- ✓ Trabalhar para assegurar a educadores/as LGBT garantias e direitos trabalhistas e previdenciários;
- ✓ Estimular a pesquisa e a promoção de conhecimentos que contribuem com o reconhecimento da cidadania LGBT;
- ✓ Criar uma agenda para o SINDIUPES constando na pauta Direitos Humanos e Cidadania com o recorte LGBT;
- ✓ Orientar e colaborar com os Sistemas de Ensino na construção de um currículo mais inclusivo a população LGBT;

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso.** Chapeco: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]



✓ Respeitar as relações homoafetivas ou conjugalgidades homoeróticas e desconstruir a heteronormatividade;

✓ Manter parcerias com o Movimento Social que trabalha com Direitos Humanos e Direitos Humanos e Cidadania LGBT.

Em 29 de julho de 2010 o SINDIUPES realiza o primeiro Seminário Estadual de Educação e Diversidade Sexual: Desafios e perspectivas. Iniciando assim o longo percurso e os trabalhos do coletivo de diversidade sexual deste sindicato. Em 2011 realizou o segundo Seminário Estadual de Educação e Diversidade Sexual por uma Nova Proposta Pedagógica.

Neste Seminário foi discutido a interculturalidade e a prática pedagógica comprometida com a diversidade sexual, o reconhecimento da diversidade sexual por meio do espaço escolar da educação de jovens e adultos no contexto do PROEJA, homoafetividade na escola a diferença emancipatória do direito, sexualidade e currículo na educação infantil, a literatura contra a homofobia, travestilidade e escola. Em 31 de maio de 2012 o SINDIUPES realizou o terceiro Seminário Estadual de Educação e Diversidade Sexual – Rompendo Silêncios e Construindo Diálogos. Cumprindo assim com um de seus objetivos de combater a lesbo-homobi-transfobia no espaço escolar, este tema foi proposto para que possamos refletir sobre como superar o desafio que representa o preconceito e avançarmos na direção de uma educação que de fato seja democrática, pública, gratuita, e verdadeiramente inclusiva, seguindo a política da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), desenvolvendo trabalhos que contribuem para que os educadores/as LGBTs, e todo e qualquer outro/a trabalhador/a em educação, vítima de homofobia no ambiente de trabalho, tenha oportunidade de discutir e exigir direitos em sua entidade de classe. Neste Seminário foi produzida a II carta Espírito-santense de Educação.

Em 22 de agosto de 2013 o SINDUPES realizou o quarto seminário Estadual de Educação e Diversidade Sexual: Laicidade e Religião na Escola Pública Tendo como objetivo conhecer para respeitar: Diversidade Religiosa e Diversidade Sexual num Estado Laico. Em 28 de março de 2014 o SINDIUPES lança a campanha “nome social” nas escolas capixabas, com o objetivo de assegurar o uso do nome social de travestis e transexuais nas escolas públicas e garantir respeito, neste encontro de lançamento houve momentos para depoimentos de experiências vividas por educadores e educandos. Tendo um coletivo engajado e comprometido com as questões da diversidade sexual participamos de uma luta mais institucional e com o apoio de vários parlamentares do



legislativo da câmara de Cariacica um dos municípios que compõem a região metropolitana da grande Vitória foi elaborado e criado o primeiro conselho para defesa das minorias do Estado do Espírito Santo, o qual sofreu uma grande rejeição de grupos conservadores que batizaram como conselho GAY, usando de todos os meios para que o prefeito do município não empossasse seus membros e não oferecesse estrutura mínima de funcionamento, essa resistência mais uma vez foi vencida pela militância do SINDIUPES. Além de todos em fóruns de debates criados especificamente para debater as questões que envolvem diretamente a diversidade sexual o SINDIUPES realiza todos os anos o seu congresso estadual que reúne em média três mil professores durante três dias e nesse congresso o coletivo de diversidade sexual tem seu espaço garantido através de mesas de debates.

A escola, bem como todo o sistema de ensino, deve ser um instrumento político efetivo na construção da emancipação de toda cidadã e todo cidadão. Esta escola deve ser um espaço altamente democrático, privilegiadamente justo e com equidade; apontando caminhos para a superação de todo e qualquer preconceito; reafirmando a necessidade de respeito às diversidades e de valorização da pluralidade, tão presente em nossa sociedade brasileira. Todavia a discriminação é uma prática social que marca o cotidiano das escolas. Opera a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais e sociais [...] (LIONÇO; DINIZ, 2009).

Sabemos que ao longo desses 55 anos de existência a entidade SINDIUPES avançou na organização dos trabalhadores e trabalhadoras em educação no sistema de ensino estadual e dos municípios que representa, avançou na organização de movimentos de reivindicações salariais, condições de trabalho, número de alunos em sala de aula, na melhoria da qualidade da alimentação escolar, melhora na parte estrutural das escolas, melhora na segurança das escolas, na fiscalização dos processos seletivos para designação temporária, e concurso público, na eleição de diretores e coordenadores para as escolas públicas, na luta pelos planos de carreira e estatutos, na criação e participação dos conselhos municipais e estadual de educação, na participação nos conselhos do Fundo de manutenção da educação básica (FUNDEB) e conselho de alimentação escolar (CAE), na formação política dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, na formação de lideranças sindicais, no combate a corrupção e denúncias de desvios de recursos da educação, na participação de eventos políticos e mobilizações nas mais diversas bandeiras de lutas dos movimentos sociais, na organização dos coletivos de aposentados e aposentadas, gênero, jovens, diversidade sexual, antirracismo e outros.



II SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURAS e DESENVOLVIMENTO

II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas

V Colóquio Catarinense de Ensino Religioso

Educação Intercultural em Territórios Contestados

14 a 16 de maio de 2014

Chapecó | Santa Catarina | Brasil



Concluimos o nosso trabalho com a certeza de que existe muito ainda a ser feito por esta entidade investindo e trabalhando com os nossos coletivos de diversidade sexual, racismo, diversidade religiosa e outros, participando da formação de cidadãos conscientes de seus direitos e prontos a cumprirem com seus deveres, tornando assim a escola um espaço democrático de convivência e de aprendizagem com os diferentes e com as diferenças cooperando para que a sociedade se torne mais democrática.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em 11 abril. 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 4 abril 2014.

SINDIUPES. **Atas e documentos de registros do SINDIUPES**: 1958 a 2014. Mimeo, s/d.

Referência:

PIOVEZANA, Leonel; CECCHETTI, Elcio; OLIARI, Gilberto; OLDIGES, Monica M. T. **Anais II Seminário Internacional de Culturas e Desenvolvimento; II Congresso Sul-Brasileiro de Promoção dos Direitos Indígenas; V Colóquio Catarinense do Ensino Religioso**. Chapecó: Argos, 2015, 1995p. [ISBN: 978-85-7897-148-9]